Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CNPJ/MF nº 60.990.751/0001-24

PUC-SP

Relatório da Administração

Da Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A administração da Fundação São Paulo, entidade filantrópica mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Instituição, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Mensagem da Administração da Fundação São Paulo

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando na mantença da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com zelo e rigor.

Ao mesmo tempo em que empreende ações administrativo-financeiras, cuida da excelência acadêmica da Universidade, em trabalho conjunto com a Reitoria por ela empossada, garantindo o trinômio do ensino, da pesquisa e da extensão, característico da vida universitária.

O reconhecimento público, o respeito, a seriedade dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela PUC-SP devem ser mantidos e aperfeiçoados, sempre mais.

A busca da Sabedoria, lema da PUC-SP, deve ser o fim último do saber humano e essa busca passa, necessariamente, pela dignidade do ser humano, pela sua concepção ao fim natural, e pela presença de Deus. Que a PUC-SP, apesar da conjuntura adversa, mas sadia na estrutura e nas atividades acadêmicas, possa colaborar com a sociedade humana nesta trajetória em busca da Sabedoria.

Objeto Social e Missão

A **Fundação São Paulo**, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, tendo caráter assistencial, educacional, cultural e de pesquisa científica.

Em 13 de agosto de 1946, constituiu a **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)**, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior (graduação, pós-graduação strictu sensu e lato sensu), pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e transformação social através de programas e atividades específicas que se coadunam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no artigo 7º de seu Estatuto Social.

A **Fundação São Paulo** cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

Estrutura, Desempenho e Atuação

1) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A Fundação São Paulo vem atuando diretamente junto à PUC-SP no sentido de adequar a estrutura da Instituição para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

No decorrer dos últimos anos, a Fundação São Paulo, através de seu Conselho Superior, consolidou o seu estatuto, bem como, aprovou a reformulação do estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Dentre as alterações promovidas destacam-se a criação do Conselho de Administração da Universidade – CONSAD, responsável atual pelas decisões de caráter financeiro da Universidade.

A Universidade em sua estrutura conta atualmente com 6 campi, 2 unidades suplementares sendo a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação - DERDIC (Ibirapuera/SP) e o Hospital Santa Lucinda – HSL localizado no município de Sorocaba/SP, bem como, com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE, entre outras coordenadorias.

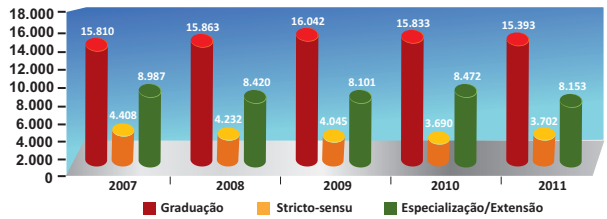
Seus campi são: Monte Alegre/SP - Marquês de Paranaguá/SP - Santana/SP – Ipiranga/SP - Barueri/SP e Sorocaba/SP (interior), dos quais Barueri e Ipiranga estão em processo de consolidação.

Ao final de 2011 a PUC/SP contava com 27.264 alunos assim distribuídos:

Alunos de Pós-graduação (Strictu Sensu)	3.702
Alunos de Graduação	15.393
Especialização e Extensão	8.153

A educação superior brasileira continua a apresentar um cenário de retração, após a forte expansão do número de vagas oferecidas pelas instituições de ensino públicas e privadas, ocorridas na década passada. Nesse contexto a PUC-SP em 2011, embora em menor escala, também sofreu os efeitos desse cenário nacional, apresentando uma retração no número de alunos matriculados quando comparado aos exercícios anteriores, conforme demonstrado.

• Alunos de Graduação e Pós-graduação

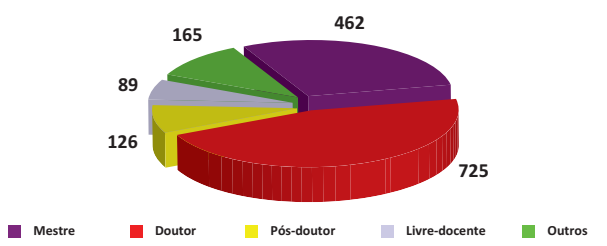


Sua estrutura conta ainda com o seguinte quadro de colaboradores ativos:

Docentes	1.567
Administrativos	1.051
Técnicos	427 (Hospital Santa Lucinda)

Em relação aos docentes o quadro da PUC/SP conta com a seguinte qualificação:

• Titulação de Docente



Todas as condições somadas - missão, histórico, negociações e ações encaminhadas - permitiram que a PUC-SP fosse avaliada pelo Ministério da Educação como a primeira Universidade privada do Estado de São Paulo, e segunda do Brasil, assim como no rol das 175 universidades do país (incluídas as universidades públicas) classificada em 12º lugar, conforme Índice Geral de Cursos - ICG.

Propicia aos que a procuram a qualidade e capacidade de atender às mais diversas vocações direcionadas à formação e qualificação profissional, humana e social, isso promovido pelas dezenas de cursos, núcleos e atividades que oferece, por meio das nove Faculdades que a integram: Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais; Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde; Faculdade de Educação; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia; Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde; Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes; Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de Teologia.

Na última avaliação institucional divulgada pelo Ministério da Educação, a PUC-SP alcançou a média final 4. No tocante aos itens graduação, ensino e pesquisa, desempenho filantrópico-social e vivência democrática e autonomia funcional de seus diversos órgãos, obteve a nota 5, a máxima possível.

2) Hospital Santa Lucinda

Na área de saúde, dando continuidade a modernização do Hospital Santa Lucinda, nos anos recentes foram inaugurados novos centros cirúrgicos, com doze novas salas para cirurgia e o Centro de Diagnósticos e Imagem, e especificamente em 2011 continua a implantação da nova área destinada ao serviço de hemodinâmica, cujo investimento está em aproximadamente R$ 1,5 milhões.

Assim o Hospital continua recebendo melhorias para adaptar, qualificar e modernizar sua infraestrutura de instalações e equipamentos, capacitando e aumentando a complexidade dos atendimentos efetuados à população.

O Hospital Santa Lucinda caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região, conforme demonstra o quadro a seguir:

Nº de consultas ambulatoriais	40.186
Nº de internações	13.175
Nº de cirurgias	8.566
Nº de exames laboratoriais	78.624
Nº de exames complementares - RX	17.715

Desses atendimentos, 60,07% são efetuados através do Sistema Único de Saúde - SUS, privilegiando a população carente da região.

O Hospital possui 126 leitos, sendo que neste exercício obteve 64,66% de taxa de ocupação geral, e dessa ocupação, 68,68% de taxa de ocupação SUS.

Além destes fatores, o Hospital Santa Lucinda foi avaliado como nível OURO pelo CEALAG, em um processo de qualidade iniciado em 2009, quando obtivemos o nível bronze na primeira avaliação.

Em julho de 2010, foi realizada avaliação intermediária na qual se alcançou o nível prata e graças ao esforço de todos os envolvidos, na avaliação final obtivemos o maior nível. Esta ação é uma iniciativa da CPFL para qualificação gerencial dos hospitais filantrópicos do Estado de São Paulo.

3) Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação

A DERDIC tem como missão prestar atendimento e tratamento a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem, formar profissionais e realizar pesquisas para que todos os envolvidos nas atividades institucionais possam assumir o papel de agentes transformadores no processo de participação na sociedade.

Há 15 anos, a instituição passou também a promover cursos de formação teórico-práticos, destinados a médicos, fonoaudiólogos, psicólogos e educadores interessados em ampliar os seus conhecimentos no atendimento a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem. A partir daí, cursos de aprimoramento, estágios, visitas monitoradas, grupos de estudos e assessorias foram se integrando a este programa de formação.

Hoje, a DERDIC compreende a Escola Especial de Educação Básica, a Clínica de Audição, Voz e Linguagem Prof. Dr. Mauro Spinelli e o Centro Audição na Criança. Seus 115 profissionais oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria a organizações afins.

A DERDIC atende uma média anual de 610 alunos, sendo 165 crianças, jovens e adultos surdos em programas de educação regular; 60 jovens surdos nos campos da orientação e qualificação profissional; 250 alunos ouvintes em cursos de Língua Brasileira de Sinais e 135 alunos em cursos de formação e de aprimoramento nas áreas de audição, voz e linguagem. Na área clínica, a organização presta atendimento a 8.000 mil pacientes por ano e concede, por meio de convênio com o SUS, 1.500 aparelhos auditivos.

Desempenho operacional ajustado e consolidado 2007 – 2011 (reclassificado 2007 a 2010)

	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas	360.929	394.882	406.712	420.574	436.862
Bolsas e deduções	(61.686)	(65.172)	(62.119)	(70.721)	(65.781)
Receita Líquida	**299.243**	**329.710**	**344.593**	**349.853**	**371.081**
Custos com ensino	(138.347)	(144.272)	(153.727)	(170.637)	(177.043)
% Custo com ensino s/ receita líquida	**46,23%**	**43,76%**	**44,61%**	**48,77%**	**47,71%**
Superávit bruto (*)	**160.896**	**185.438**	**190.866**	**179.216**	**194.038**
Despesas com pessoal (**)	(75.515)	(80.001)	(90.915)	(93.353)	(89.584)
Despesas operacionais de ensino e hospitalares	(63.694)	(66.429)	(72.690)	(72.972)	(80.100)
Resultado Operacional	**21.687**	**39.008**	**27.261**	**12.891**	**24.354**
Recuperações extraordinárias	-	-	-	20.430	915
Aviso prévio e indenizações	(5.228)	(2.662)	(1.781)	(2.221)	(2.727)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	3.131	(942)	(2.945)	349	(5.309)
Provisão contingências judiciais	(10.749)	(15.349)	(454)	(2.615)	(7.382)
Resultado financeiro	(26.897)	(15.945)	(16.632)	(18.151)	(20.177)
Resultado do Exercício	**(18.056)**	**4.110**	**5.449**	**10.683**	**(10.326)**

(*) superávit bruto excluído o custo de serviço hospitalar

(**) valor líquido da despesa de aviso prévio e indenizações, e da reversão de diferenças salariais

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das Demonstrações Financeiras, apesar da oscilação negativa verificada nos resultados finais, especificamente em 2011, a Instituição continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores.

O custo com ensino do exercício de 2011 teve uma pequena variação, apresentando uma retração de 2,17%, quando comparado e analisado em relação com a receita líquida atingindo o percentual de 47,71% dessa receita. A redução desse percentual em relação ao exercício de 2010 representa uma economia de R$ 3.700 mil e demonstra a continuidade na busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Instituição, trazendo os custos com ensino a patamares mais adequados ao volume das operações.

No decorrer de 2011, mesmo com a retração no número de alunos da graduação e especialização, ocorreu uma melhora no resultado operacional, fruto da contenção de custos e despesas. A Instituição entende que esse patamar de resultado operacional aponta para a necessidade de um novo planejamento e uma reestruturação para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta competitiva.

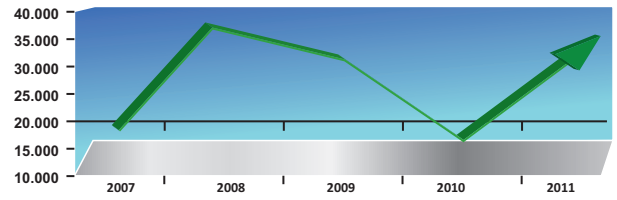
Apesar da melhora no resultado operacional, situações econômicas específicas e transitórias que consistiram na adequação das provisões (aumento da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa excluindo os efeitos das baixas e contingências judiciais) geraram um resultado final negativo que, entretanto, não possui impacto significativo na continuidade do plano de recuperação financeira da Instituição.

Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e as pequenas reformas e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade e equilíbrio financeiro, será necessária a manutenção das medidas de controle financeiro e operacional já tomadas, garantindo a sustentabilidade da Instituição.

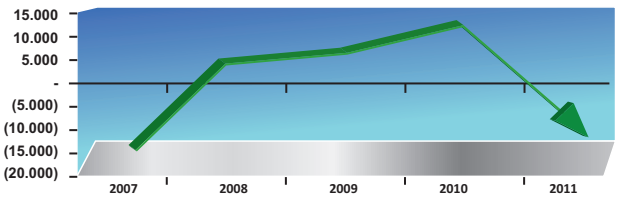
Relatório da Administração

O principal objetivo do ponto de vista financeiro está preservado, que é a estabilização e posterior aumento dos níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização das dívidas, investimentos e as pequenas reformas e, principalmente, a continuidade do processo de recuperação econômica da Instituição, sendo que as oscilações ocorridas são inerentes ao processo de ajuste em implantação, com a reversão gradual dos problemas estruturais enfrentados.

• Resultado Operacional



• Resultado Líquido



O resultado líquido de 2011 sofreu impacto substancial de 2 fatores econômicos específicos, sendo o primeiro deles relacionado a implementação de medidas para recebimento efetivo dos ativos relacionados às bolsas restituíveis concedidas no passado, com antecipação do vencimento de dívidas vincendas, possibilitando o envio desses valores para negociação e, na ausência de acordo, permitindo a cobrança judicial dos créditos integrais vencidos e não pagos à Instituição. Tal ação fez com que o estoque de dívida vencida fosse elevado, e entre outros ajustes de ordem técnica, resultou na adequação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD.

O segundo fator deve-se ao caso das contingências judiciais, onde a elevação verificada no volume de provisão decorre da necessidade de atualização dos valores, bem como, na revisão da expectativa de perda dos processos trabalhistas, sendo intenção da Instituição celebrar acordos com vistas à redução do valor provisionado.

No âmbito operacional, serão tomadas medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2012, bem como, na racionalização do processo de abertura e consolidação de turmas.

O endividamento bancário, necessário no início do processo à reestruturação implementado, vem sendo amortizado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Evolução do endividamento bancário

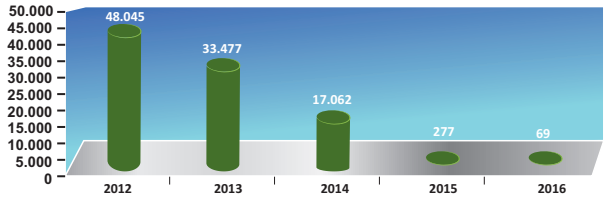
Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Valor do endividamento	121.558	107.321	91.870	109.133	98.930
Taxa média (a.a.)	17,45%	17,41%	14,72%	16,07%	16,60%
Vencimento final	2014	2014	2014	2014	2016

A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permitiu à Instituição honrar compromissos assumidos, bem como, efetivamente amortizar a dívida bancária na ordem de R$ 10,2 milhões e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida.

O crescimento do endividamento bancário ocorrido no final de 2010, no valor de R$ 17,3 milhões, ocorreu em virtude da contratação de empréstimo de longo prazo, com carência, no montante de R$ 30 milhões, destinado ao pagamento de diferenças salariais de curto prazo com a maior parte dos professores da Instituição que acumulavam saldo de aproximadamente R$ 51 milhões em 2010. Essa situação fez com que em 2011 a Instituição negociasse o prazo final de liquidação dos novos empréstimos captados, estendendo-os em relação aos prazos dos empréstimos anteriormente captados.

No gráfico a seguir, evidenciamos a redução projetada para o endividamento bancário nos próximos exercícios.

• Endividamento Bancário



O passivo a descoberto apresentado corresponde a uma situação que vem sendo persistentemente revertida, embora tenha aumentado em função do prejuízo de 2011, mediante a continuidade de uma política austera de controle de custos, racionalização e otimização de recursos administrativos e planejamento econômico e financeiro.

A efetivação das medidas planejadas (diminuição de despesas com pessoal, alongamento do perfil da dívida com redução de encargos e implementação de controles eficazes), no médio e longo prazos, estão promovendo a continuidade dos resultados operacionais, bem como, a gradual redução do patrimônio líquido, apesar do resultado negativo verificado em 2011, conforme demonstrado a seguir:

• Evolução do Patrimônio Líquido

Ainda sobre o passivo a descoberto, vale destacar que a existência do parcelamento efetuado através do REFIS Federal registrado no passivo não circulante, no valor de R$ 95.091 mil, impacta negativamente o patrimônio líquido, afetando a situação econômica e patrimonial demonstrada. Entretanto, sua forma de pagamento vinculada a 0,3% do faturamento apresenta um efeito financeiro efetivo mínimo nas operações da Instituição, representando um desembolso anual de R$ 1.200 mil.

A Fundação São Paulo está preparada para as dificuldades que ainda deverá enfrentar. Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social, continua sendo o grande desafio que envolve não apenas a Fundação São Paulo e a comunidade puquiana, mas também a sociedade brasileira, de uma maneira geral.

Para alcançar tais propósitos, vem sendo desenvolvido um plano de trabalho que, dentre as medidas implementadas ou em fase de implementação propõe a: redução do nível de inadimplência, racionalização de custos administrativos e acadêmicos, adequação da folha de pagamento docente e administrativa à realidade de seu faturamento, aumento de cursos e modalidades na graduação e extensão, adequação do número de bolsas de estudos às regras da filantropia e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, aumento de convênios e parcerias com os setores públicos e privados, agilização dos processos administrativos, renovação e atualização dos recursos tecnológicos, assim como a implementação de diversas medidas de controle administrativo-financeiro.

O planejamento orçamentário e a necessidade de continuidade do processo de equilíbrio financeiro foram decididos pelo Conselho Superior da FUNDASP, sendo parte dessa adequação a aplicação do contrato de trabalho tendo em vista os limites contratuais de tempo dedicado em atividades presenciais, sempre respeitadas as horas para a pesquisa e a produção científica.

Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado ao olharmos para outras Universidades privadas. Todo o professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da nossa Universidade referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social.

Com 65 anos de existência, a Instituição apresenta um passado digno e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento. Construir e consolidar são os verbos que pautarão nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2012

Secretaria Executiva da Fundação São Paulo
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo

	Nota	2011	2010
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	5	15.690	13.904
Contas a receber de alunos e hospital	6	15.931	11.184
Bolsas restituíveis	7	10.639	17.497
Estoques		1.116	889
Adiantamento a funcionários		1.544	1.410
Outras contas a receber		2.762	3.459
Despesas antecipadas		617	211
		48.299	48.554
Não circulante			
Aplicações financeiras	8	8.479	10.321
Contas a receber de alunos e hospital	6	-	21
Bolsas restituíveis	7	4.481	6.715
Outras contas a receber		205	204
Investimento		20	20
Imobilizado	9	243.244	252.871
Intangível		4.914	4.668
		261.343	274.820
		309.642	323.374

Passivo

	Nota	2011	2010
Circulante			
Fornecedores		4.738	4.241
Empréstimos e financiamentos	10	48.045	45.827
Salários, férias e encargos sociais a pagar	11	33.273	32.026
Diferenças salariais a pagar	12	9.602	12.310
Impostos parcelados	13	3.832	3.721
Matrículas e aluguéis antecipados		7.007	6.826
Outras contas a pagar		6.187	2.189
		112.684	107.140
Não circulante			
Fornecedores		296	-
Empréstimos e financiamentos	10	50.885	63.306
Diferenças salariais a pagar	12	-	536
Impostos parcelados	13	132.264	131.768
Provisão para contingências	14	53.935	50.401
Aluguéis antecipados		-	400
Outras contas a pagar		209	326
		237.589	246.737
Patrimônio social	15		
Fundo social		51.349	51.151
Ajuste de avaliação de ativos		161.001	171.907
Déficits acumulados		(252.981)	(253.561)
		(40.631)	(30.503)
		309.642	323.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de (déficit)/superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Receita operacional líquida	16	371.081	349.853
Custos diretos com ensino e hospitalares		(198.359)	(192.774)
Superávit bruto		172.722	157.079
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	17	(91.396)	(75.144)
Despesas gerais e administrativas	18	(26.677)	(20.730)
Despesas com serviços de terceiros	19	(27.022)	(22.196)
Depreciação		(7.632)	(6.909)
(Provisão)/reversão de créditos de liquidação duvidosa e glosas		(5.032)	1.386
Outras despesas operacionais		(5.112)	(4.652)
Superávit antes das (despesas) e receitas financeiras		9.851	28.834
Receitas financeiras	20	9.095	10.195
Despesas financeiras	20	(29.272)	(28.346)
(Despesas) financeiras líquidas		(20.177)	(18.151)
(Déficit)/superávit do exercício		(10.326)	10.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Fundo social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Déficits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2010		51.151	176.672	(269.009)	(41.186)
Realização de avaliação patrimonial		-	(4.765)	4.765	-
Superávit do exercício		-	-	10.683	10.683
Saldos em 31 de dezembro de 2010		51.151	171.907	(253.561)	(30.503)
Aumento de fundo social		198	-	-	198
Realização de avaliação patrimonial		-	(10.906)	10.906	-
Déficit do exercício		-	-	(10.326)	(10.326)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		51.349	161.001	(252.981)	(40.631)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - Método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	360.969	348.890
Valores pagos a fornecedores, empregados, encargos sociais e tributos	(339.542)	(320.554)
	21.427	28.336
Outros recebimentos	10.875	11.929
Pagamento de diferenças salariais	(1.520)	(29.873)
Juros pagos	(771)	(564)
Despesas bancárias pagas	(1.065)	(1.140)
Pagamentos de depósitos judiciais e contingências	(7.778)	(5.525)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	21.168	3.163
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(6.920)	(4.728)
Compras de intangível	(951)	(1.431)
Resgate/aplicação financeira	1.946	700
Recebimentos por vendas de ativos do imobilizado	9.000	93
Juros recebidos	2.639	4.309
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	5.714	(1.057)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos por empréstimos	(14.893)	(13.065)
Pagamentos de empréstimos	(63.963)	(50.553)
Captação de empréstimos	53.760	67.815
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(25.096)	4.197
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.786	6.303
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13.904	7.601
No fim do exercício	15.690	13.904
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.786	6.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Fundação São Paulo ("Fundação") é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecidamente filantrópica, instituída em 1945, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), fundada em 13 de agosto de 1946. Seus objetivos principais são: (1) assistência social - desenvolvida através de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação; (2) formação de profissionais, técnicos e científicos de nível superior, pós-graduação e extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, da justiça e da dignidade humana, sensíveis aos problemas do país e às implicações de sua profissão; (3) outras atividades de caráter cultural, social, filantrópico e de pesquisa científica.

A Fundação cumpre seus objetivos sociais, aplicando integralmente no país os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com destacada atuação na área social, saúde, educação, pesquisa e cultura.

Dentre as principais atividades desenvolvidas destacam-se os cursos de graduação, de pós-graduação, de especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

A PUC-SP conta com seis campi universitários, sendo quatro localizados no Município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga e Santana e dois no interior: Sorocaba e Barueri.

Em 2011, a PUC-SP possuía 239 grupos de pesquisa certificados no CNPq. Possui 21 cursos de residência médica, 27 cursos de mestrado acadêmico, 2 cursos de mestrado profissional e 19 cursos de doutorado, além de inúmeros cursos de especialização e de extensão universitária.

A Fundação está imune da tributação do imposto de renda e da contribuição social, bem como, da Contribuição Patronal do INSS, de acordo com a Lei nº 9.532/97, que estabelece no seu art. 15, que a Fundação deverá reunir as seguintes condições, cumulativamente, para fazer jus a essa isenção:

a. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

b. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como, a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

e. Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Todas as condições apresentadas são rigorosamente atendidas pela Fundação, assim como, o cumprimento à Lei nº 12.101/2009, bem como às demais exigências vinculadas ao PROUNI.

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, a Fundação ainda apresenta uma situação patrimonial que requer cautela. A Administração da Fundação vem adotando uma série de medidas austeras como forma de equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociações de suas obrigações de curto prazo. Os planos da Administração para a equalização de sua situação patrimonial são: (i) expansão da receita, (ii) diminuição das despesas com pessoal, (iii) redução de encargos financeiros na captação de novos empréstimos. Vale ressaltar que o plano de saneamento financeiro da PUC iniciado em 2005 vem gerando resultados operacionais positivos, contribuindo para a melhora da situação patrimonial e financeira da Fundação.

Para alcançar tais propósitos, vem sendo desenvolvido um plano de trabalho que dentre as medidas implementadas ou em fase de implementação se propõe a: redução do nível de inadimplência, racionalização de custos administrativos e acadêmicos, aumento de cursos e modalidades na graduação e extensão, adequação do número de bolsas de estudos às regras da filantropia e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, aumento de convênios e parcerias com os setores públicos e privados, agilização dos processos administrativos, renovação e atualização dos recursos tecnológicos, assim como a implementação de diversas medidas de controle administrativo-financeiro, além da adoção do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Fundação que visa a eliminação das dívidas trabalhistas, bem como, a sensível redução no volume de endividamento bancário, prevista substancialmente para o ano de 2015, permitindo que a Fundação recupere sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e aumento das inversões na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazo.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09 de abril de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 9);
- Determinação da provisão para créditos duvidosos (notas explicativas nºs 6 e 7).
- Determinação das provisões para contingências (nota explicativa nº 14).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir dessas estimativas.

e. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. A Fundação não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação nessa demonstração além do próprio resultado do exercício.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Fundação pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Fundação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

c. Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, diferenças salariais e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Fundação não possuía em 31 de dezembro de 2011 e 2010 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

d. Contas a receber de alunos

Representam, basicamente, as mensalidades emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com estudantes de mensalidades vencidas e de cobranças judiciais.

A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face, a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber e é calculada levando-se em consideração os índices históricos de recuperação em suas diversas modalidades. Estes índices são periodicamente revisados buscando uma melhor estimativa para a mensuração desses valores.

e. Estoques

Os estoques referem-se a medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no Hospital Santa Lucinda localizado no Município de Sorocaba, e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

f. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Matrículas e aluguéis recebidos antecipadamente

Como prática de negócio e mercado de atuação da Fundação, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Consequentemente, são reconhecidas como anuidades antecipadas, no passivo circulante, as mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pela Fundação no exercício social em curso e que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. Os aluguéis recebidos antecipadamente em função do aluguel de espaço físico em suas dependências firmado com uma instituição financeira, serão reconhecidos como receita, pelo regime de competência, de acordo com o prazo de vigência do contrato do aluguel.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método da linha reta sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	25 a 64 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Veículos	7 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j. Ativos intangíveis

O ativo intangível refere-se praticamente aos gastos de reestruturação (implantação de sistema coorporativo) da Fundação. Esses ativos são amortizados de forma linear pelo período de 5 anos.

k. Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

l. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros

A Fundação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que a Fundação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Fundação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Fundação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2011, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

m. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Receita de serviços

As receitas incluem, principalmente, mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre contas a receber por mensalidades renegociadas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, despesas com juros e multas sobre passivos em aberto. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p. Gratuidade

Calculada com base na totalidade das receitas geradas pela Fundação, incluindo entre outras as receitas de mensalidades e matrículas, sendo o percentual de gratuidade concedido no exercício superior a 20% da receita total, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 23, atendendo as determinações da Lei nº 12.101/09, Decreto Federal nº 2.536/98 e Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 que introduziu o Programa Universidade para Todos - PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na nota explicativa nº 21. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2011	2010
Caixa e bancos	2.666	2.126
Aplicações financeiras	13.024	11.778
Total	15.690	13.904

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e são efetuadas em investimento de baixo risco.

As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB), atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), remuneradas a taxas que variam entre 97% e 92% do CDI para os períodos abrangidos por estas demonstrações financeiras.

6 Contas a receber de alunos e hospital

	2011			2010		
Descrição	Contas a receber	Provisão	Líquido	Contas a receber	Provisão	Líquido
Contas a receber graduação	30.018	(21.156)	8.862	49.474	(42.518)	6.956
Cheques descontados/custódia	23	-	23	132	(16)	116
Cheques devolvidos	2.828	(2.815)	13	3.304	(3.247)	57
Créditos em cobrança judicial	13.467	(13.467)	-	4.210	(4.210)	-
Notas promissórias	2.432	(2.432)	-	2.812	(2.812)	-
Créditos hospitalares	4.268	(1.370)	2.898	3.433	(1.749)	1.684
Negociações de débito	4.499	(364)	4.135	3.619	(1.227)	2.392
Total	57.535	(41.604)	15.931	66.984	(55.779)	11.205
Circulante	57.535	(41.604)	15.931	66.960	(55.776)	11.184
Não circulante				24	(3)	21

Critérios de constituição de provisão para créditos duvidosos

A Fundação manteve, no exercício de 2011, os mesmos critérios iniciados em 2005 referentes à constituição da provisão para perdas na realização de créditos sobre os saldos ainda a vencer (notas promissórias, cheques em cobrança judicial, cheques pré-datados e no instrumento de confissão de dívida), tomando como base as perdas históricas dos últimos anos. Apesar do critério ser o mesmo, periodicamente, a Fundação revisa as premissas e percentuais de perdas históricas.

A movimentação de provisão para créditos duvidosos no período de 31/12/2010 a 31/12/2011 está representada a seguir:

	2010	2011			
Descrição	Saldo	Constituição de provisão	Reversão de provisão	Baixa	Saldo
Contas a receber graduação	(42.518)	(1.617)	3.539	19.440	(21.156)
Cheques descontados custódia	(16)	(1)	17	-	-
Cheques devolvidos	(3.247)	(159)	591	-	(2.815)
Créditos em cobrança judicial	(4.210)	(9.257)	-	-	(13.467)
Notas promissórias	(2.812)	-	380	-	(2.432)
Créditos hospitalares	(1.749)	-	379	-	(1.370)
Negociações de débitos	(1.227)	(159)	1.022	-	(364)
	(55.779)	(11.193)	5.928	19.440	(41.604)

7 Bolsas restituíveis

	2011			2010		
Descrição	Contas a receber	Provisão	Líquido	Contas a receber	Provisão	Líquido
Bolsas restituíveis	46.345	(31.225)	15.120	64.124	(39.912)	24.212
Circulante	39.588	(28.949)	10.639	53.999	(36.502)	17.497
Não circulante	6.757	(2.276)	4.481	10.125	(3.410)	6.715

Bolsas restituíveis referem-se às bolsas concedidas a alunos ativos que assumiram o compromisso de devolução das mensalidades financiadas junto à Fundação em prazo médio de 5 anos, a iniciar um ano após sua conclusão de curso. Os pagamentos serão exigidos com base no valor das mensalidades vigentes na época da liquidação das obrigações. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, a provisão para perdas na realização das bolsas restituíveis foi determinada com base no histórico de perdas dos últimos anos.

A Fundação, considerando a indexação dos pagamentos das dívidas pelos valores dos boletos vigentes nas datas previstas de liquidação das obrigações efetuou o cálculo do valor presente das parcelas de longo prazo, não apurando diferenças significativas com os valores atualmente registrados, líquidos de provisão para realização.

As movimentações para créditos duvidosos nos períodos de 31/12/2010 a 31/12/2011 estão representadas a seguir:

	2010				2011
Descrição	Saldo	Constituição de provisão	Reversão de provisão	Baixa	Saldo
Bolsas restituíveis	(39.912)	(6.026)	6.259	8.454	(31.225)

8 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo referem-se a títulos de capitalização mantidos em poder da Fundação até a data de seu vencimento.

A composição destas aplicações financeiras de longo prazo é apresentada a seguir:

Descrição	2011	2010
Títulos de capitalização	8.479	10.321

Títulos de aplicação financeira, com natureza de longo prazo, remunerados pela taxa equivalente a da caderneta de poupança (TR + 0,5% a.m.), os quais a Fundação contrata com instituições financeiras de primeira linha e serão resgatados em datas e prazos diferenciados em consequência dos prazos contratados que variam em torno de 36 a 72 meses. Quando resgatados, esses títulos contribuirão para quitar obrigações assumidas junto às Instituições Financeiras.

9 Imobilizado

Movimentação do imobilizado

	2010			2011
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	93.979	1.550	(2.119)	93.410
Máquinas e equipamentos	13.043	2.574	-	15.617
Móveis e utensílios	7.634	614	-	8.248
Biblioteca	2.938	35	-	2.973
Instalações	2.561	145	-	2.706
Benfeitorias imóveis próprios	2.891	1.765	-	4.656
Benfeitorias imóveis de terceiros	2.938	98	-	3.036
Veículos	861	150	-	1.011
Equipamentos de informática	14.009	123	-	14.132
Sistemas aplicativos	1.645	-	-	1.645
Terrenos	144.200	-	(7.700)	136.500
Imobilizações – arrendamento	4.263	-	-	4.263
Imobilizações em andamento	178	64	-	242
Total	291.140	7.118	(9.819)	288.439

Movimentação da depreciação

	2010			2011
Descrição	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Edificações	(6.206)	(3.070)	14	(9.262)
Máquinas e equipamentos	(7.276)	(1.030)	-	(8.306)
Móveis e utensílios	(4.967)	(532)	-	(5.499)
Instalações	(1.893)	(109)	-	(2.002)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(1.567)	(498)	-	(2.065)
Benfeitorias imóveis próprios	(150)	(140)	-	(290)
Veículos	(361)	(293)	-	(654)
Computadores e periféricos	(11.123)	(980)	-	(12.103)
Sistemas aplicativos	(1.269)	-	-	(1.269)
Outros	(3.457)	(288)	-	(3.745)
Total	(38.269)	(6.940)	14	(45.195)
Saldo líquido bens tangíveis	252.871	178	(9.805)	243.244

Em 29 de abril de 2011, a Fundação baixou do seu imobilizado o imóvel situado na Alameda dos Tupiniquins, 997, no 24º subdistrito - Indianópolis registrado no 14º Oficial de Registro de Imóveis da Capital sob matricula nº 102.097. O saldo contábil residual dos ativos baixados era de R$ 9.819 e o valor da alienação foi de R$ 9.000.

Em 25 de outubro de 2011, a Fundação adquiriu, pelo montante de R$ 1.550, um imóvel situado na Rua Almirante Pereira Guimarães, nº 150, no 19º subdistrito – Perdizes, e seu respectivo lote 6 da quadra 55, Bairro do Pacaembú devidamente registrado no 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital sob a matrícula nº 121.189. A Fundação espera utilizar esse imóvel para Clinica Psicológica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

10 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Natureza	Garantia	Taxa de juros	2011	2010
Banco Bradesco S.A. (a)	BNDES	Hipoteca	4,00% a.a. + TJLP	9.785	13.239
Banco Santander Real S.A. (a)	BNDES	Hipoteca	4,00% a.a. a 8,50% a.a.+ TJLP	10.769	14.695
Banco Santander Real S.A. (b)	Capital de Giro	Recebíveis	6,17% a.a. + 100% CDI	8.915	12.057
Banco Bradesco S.A. (b)	Capital de Giro	Recebíveis e cheques	de 6,17% a.a. a 30,30%a.a. + 100% CDI	37.820	37.287
Banco Santander S.A. (b)	Capital de Giro	Duplicatas	de 6,17% a.a. a 7,50% a.a. + 100% CDI	30.398	30.863
Banco Bradesco S.A.	Capital de Giro	Recebíveis	5,91% a.a. + 100% CDI	1.179	-
Caixa Econômica Federal	Capital de Giro	Receita SUS	20,98% a.a.	-	821
Banco Bradesco S.A.	Leasings		17,40% a.a.	64	171
				98.930	109.133
Passivo circulante				48.045	45.827
Passivo não circulante				50.885	63.306

As parcelas em longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

Instituição financeira	2013	2014	2015	2016	Total
Banco Bradesco S.A.	8.439	5.263	277	69	14.048
Banco Bradesco – BNDES	3.439	2.866	-	-	6.305
Banco Santander Real	17.679	6.028	-	-	23.707
Banco Santander Real - BNDES	3.439	2.866	-	-	6.305
Banco Santander Real - BNDES	469	39	-	-	508
Outros - Arrendamento mercantil	12	-	-	-	12
	33.477	17.062	277	69	50.885

Os empréstimos são, em sua maior parte, na modalidade de capital de giro e estão sendo utilizados para liquidação das obrigações de curto prazo da Fundação.

a. Em abril de 2007, a Fundação renegociou junto ao BNDES parte da sua dívida no montante de R$ 46.141, originalmente captada em partes iguais junto ao Banco Bradesco S.A. e no Banco Santander Real S.A. O contrato previa prazo de amortização em 81 meses, com parcelas mensais e sucessivas com carência de 9 meses para início do pagamento do principal e taxa de 4% a.a. mais TJLP, sendo significativamente menor que a média das taxas anteriormente praticadas junto às instituições financeiras. O sexto aditivo à cédula de crédito bancário nº 2318-05 foi autorizado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo - Promotoria de Justiça Cível - Fundações em 30 de outubro de 2008 e registrado em 6 de novembro de 2008 no 2º cartório de registro de títulos e documentos, sob o nº 3.388.623.

b. Em 2011, os empréstimos contraídos junto aos bancos Banco Santander Real S.A. e Bradesco referem-se a empréstimos para suprir a necessidade de fluxo de caixa, especialmente nos meses de novembro e dezembro de 2011, em função do pagamento da folha de 13º salário para os funcionários administrativos, docentes e técnicos (funcionários do Hospital Santa Lucinda). Em 2010, os saldos apresentados referiam-se a empréstimos captados junto a essas instituições financeiras para quitação de obrigações com docentes, relativas ao acordo proposto pela Fundação para quitação das diferenças salariais de 2005 (veja nota explicativa nº 12).

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos são: (a) totalidade das mensalidades escolares a receber, recebíveis provenientes do programa de bolsa restituível e contratos de convênio de prestação de serviços; (b) hipoteca do imóvel do Hospital Santa Lucinda - Sorocaba; (c) alienação fiduciária do imóvel localizado à Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes; e (d) imóvel localizado à Rua Marquês de Paranaguá, 111 - Consolação.

Não existem covenants a serem cumpridos relacionados a esses empréstimos e financiamentos.

11 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2011	2010
Salários a pagar	11.569	10.946
Férias a pagar e encargos a recolher	10.843	10.349
FGTS a recolher sobre folha de pagamento	2.116	2.002
INSS a recolher sobre folha de pagamento	802	919
IRRF sobre folha de pagamento	7.720	7.431
Outras obrigações com pessoal	223	379
	33.273	32.026

Estas obrigações referem-se basicamente aos passivos de curto prazo junto aos funcionários da Fundação.

12 Diferenças salariais a pagar

Movimentação de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Atualização monetária	Adições/ Reversões	Baixas	Perdão de dívida	Saldo em 31/12/2011
Diferença salarial e encargos (dissídio 2004)	2.683	55	(3)	(2.107)	-	628
Diferença salarial e encargos (dissídio 2005)	10.163	235	1.084	(1.593)	(915)	8.974
Total	12.846	290	1.081	(3.700)	(915)	9.602
Circulante	12.310	-	-	-	-	9.602
Não circulante	536	-	-	-	-	-

As diferenças salariais a pagar referem-se às parcelas que deveriam ter sido pagas a docentes e funcionários administrativos em períodos anteriores em função de dissídios coletivos não incorporados aos salários à época. Tais valores vêm sendo provisionados, acrescidos de atualizações monetárias e reflexos de encargos sociais desde os respectivos períodos aquisitivos até as datas de encerramento dos exercícios sociais. Tais diferenças referem-se aos seguintes períodos:

• Em 2006, a Fundação constituiu provisão complementar para diferenças salariais e efeito de encargos sobre tais valores, correspondente ao índice de reajuste salarial (dissídio) dos funcionários docentes do exercício 2004, e dos funcionários administrativos e docentes do exercício 2005, não aplicado à época. Os recursos provisionados para os funcionários administrativos foram liquidados pela Fundação no exercício de 2007. Em 2009, a Fundação parcelou a dívida dos funcionários docentes relativa ao ano de 2004, em 36 parcelas mensais e sucessivas, iniciando em março de 2009.

• Em 2010, a Fundação propôs um acordo para quitação das diferenças salariais relativas ao ano de 2005. A adesão a este acordo foi feita de forma individualizada. Dos 1.387 docentes que constituíam este passivo, o acordo em 2010 foi efetuado com 1.052 docentes, sendo pago R$ 29.873 e em 2011 foi efetivado acordo com 70 docentes apurando um perdão de dívida (valores que os docentes optaram por não receber em função da adesão ao acordo e recebimento à vista de parte da dívida) de R$ 915 em 2011 (R$ 20.430 em 2010).

13 Impostos parcelados

	2011	2010
FGTS parcelado (a)	36.693	37.637
REFIS federal (b)	95.091	93.597
FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001	2.951	2.745
REFIS Lei nº 11.941/09	1.345	1.475
ICMS parcelado	16	35
	136.096	135.489
Circulante	3.832	3.721
Não circulante	132.264	131.768

a. Por meio do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para com o FGTS, pactuado entre a Fundação e a Caixa Econômica Federal, em 30 de março de 2000, a Fundação reconheceu o saldo devedor, do período de agosto de 1986 a fevereiro de 2000, a ser amortizado em 180 parcelas mensais e sucessivas, a partir de março de 2000. No exercício de 2006, em função das demissões ocorridas, foram pagas parcelas antecipadas, no montante de R$ 7.450, restando o total de 81 parcelas a amortizar, vencíveis no período de agosto de 2008 a março de 2015. Apesar da Fundação possuir a obrigatoriedade de pagamento do parcelamento de FGTS somente a partir de agosto de 2008, a Administração decidiu efetuar pagamentos mensais, de acordo com a disponibilidade de caixa, sendo pagos no exercício de 2006 o montante de R$ 1.661. Em novembro de 2007, por meio do Termo de Confissão de Dívida e Compromissos de Pagamento das Contribuições Sociais da Lei, a Fundação celebrou junto a Caixa Econômica Federal o reparcelamento do FGTS, reconhecendo o saldo devedor a ser amortizado em 240 parcelas mensais e sucessivas, a partir de dezembro de 2007.

b. O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) destina-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos. A Fundação possui débitos inclusos neste programa, cuja aprovação pelo Governo ocorreu em 2 de março de 2000.

A Fundação continua recolhendo mensalmente as contribuições ao REFIS à base de 0,3% do seu faturamento bruto, sendo o montante recolhido neste exercício de 2011 de R$ 1.253, e atualizando a dívida de acordo com a variação da TJLP, mantendo, dessa forma, as condições necessárias para sua manutenção no programa de REFIS.

14 Provisões para contingências

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na expectativa anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Composição dos saldos de 31 dezembro de 2011 e 2010:

	2011			2010
Descrição	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis	883	(154)	729	4.118
Trabalhistas	26.557	(12.033)	14.524	12.172
Tributárias	-	-	-	360
PIS	38.682	-	38.682	33.751
Total	66.122	(12.187)	53.935	50.401

Movimentação de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011

	Saldo inicial 2010	Adição de provisão de contingências	Reversão da provisão de contingências	Saldo final 2011
Cíveis	4.243	170	(3.530)	883
Trabalhistas	21.337	32.454	(27.234)	26.557
Tributárias	360	-	(360)	-
PIS (Liminar)	33.751	4.931	-	38.682
Total	59.691	37.555	(31.124)	66.122
Depósitos Judiciais	(9.290)	(2.897)	-	(12.187)
Total	50.401	34.658	(31.124)	53.935

A Fundação adota como prática para as contingências trabalhistas efetuar a reversão total dos valores provisionados para reconhecimento do novo valor de provisão.

• **Cíveis** - As provisões cíveis foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Fundação quanto à possibilidade de perda dos processos e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados.

• **Trabalhistas** - As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Fundação quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Fundação adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

• **PIS** - Por meio da Ação Declaratória com pedido de antecipação de tutela nº 2000.61.00.008249-2, a Fundação obteve liminar garantindo o não recolhimento do PIS incidente sobre folha de pagamento a partir de março de 2000, porém, seguindo orientações de seus consultores jurídicos, vem mantendo provisão para os valores não recolhidos acrescida de juros e multa.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante de R$ 54.336 (R$ 101.311 em 2010) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os principais valores de causas de risco possível ou remoto referem-se a causas trabalhistas no montante de R$ 35.030 que versam sobre pedidos de complemento salarial, horas extras, indenizações, reposição de dissídios e outros. Além disso, a Fundação possui R$ 19.306 de ações cíveis que versam principalmente sobre ações de supostos erros médicos relacionados a atendimento no Hospital Santa Lucinda.

15 Patrimônio social

As receitas, decorrentes de doações e contribuições para custeio, recebidas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa n° 1.

Em uma eventual extinção da Fundação São Paulo, o seu patrimônio remanescente será destinado a outra entidade que se proponha a fim igual ou semelhante ao desta Fundação e, no caso de recusa, tal destinação será feita a entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ou ainda, a entidade qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social art. 39 § 2º).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ajuste de avaliação patrimonial
A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui a reserva de reavaliação realizada em anos anteriores no montante de R$ 97.264 e o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição no montante de R$ 84.196. Os valores registrados nessa conta são reclassificados para déficits acumulados parcialmente, proporcionalmente a depreciação dos ativos a que elas se referem.

Aumento de fundo social
Em janeiro de 2011, foram incorporados bens no valor residual de R$ 198, utilizados pela TV-PUC e pela EDUC ao Patrimônio da Fundação. Destacamos que estes bens foram transferidos da Fundação Cultural São Paulo.

16 Receita operacional líquida

	2011	2010
Receita bruta de serviços prestados		
Mensalidades, taxas e inscrições	349.129	328.818
Cursos extracurriculares	37.577	43.282
Assistência médico-hospitalar	32.026	29.694
Subvenções e doações	214	412
Outras receitas	21.433	18.368
	440.379	420.574
Deduções		
Bolsas concedidas	(65.781)	(64.799)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(3.517)	(5.922)
	(69.298)	(70.721)
Receita líquida total	371.081	349.853

17 Despesas com pessoal

	2011	2010
Salários e ordenados	62.398	59.581
Diferenças salariais (a)	1.087	10.012
Férias e 13° salário	12.279	12.019
Fundo de garantia	5.865	5.651
Assistência médica	2.969	2.735
Aviso prévio e indenizações	2.727	2.221
Outras despesas com pessoal	4.986	3.355
Subtotal	92.311	95.574
Reversão de diferenças salariais (b)	(915)	(20.430)
Total	91.396	75.144

(a) No exercício atual houve significativa redução das despesas com pessoal docente proveniente de diferenças salariais, em função do número elevado de acordos firmados ao longo de 2010. As despesas constantes nesta rubrica são provenientes de valores relativos ao dissídio de docentes relativos ao exercício de 2004 acrescidos dos valores devidos aos docentes que não efetuaram acordo com a Fundação relativo ao dissídio de 2005 (nota explicativa 12).
(b) Conforme mencionado na nota explicativa 12, em 2010 a Fundação propôs acordo aos docentes que possuíam diferenças salariais a receber relativas ao exercício de 2005. Neste acordo foi previsto a redução de 40% do montante devido aos docentes que aceitaram o acordo para recebimento numa parcela à vista. Em função desse acordo, a Fundação reconheceu em 2011 um ganho relacionado a redução da dívida junto aos seus docentes no montante de R$ 915 de reversão de despesas com diferenças salariais.

18 Despesas administrativas e gerais

	2011	2010
Água, gás, energia elétrica e telecomunicações	6.845	6.888
Materiais (a)	6.406	5.705
Provisão para contingências trabalhistas líquida das reversões	4.615	-
Aluguéis	4.373	4.509
Expediente e gerais	2.374	2.357
Impostos e taxas	272	306
Outras despesas	1.792	965
	26.677	20.730

(a) Gastos com materiais de consumo diários da Fundação, tais como: materiais de expedientes de escritórios, higiene e limpeza, copa e cozinha, didáticos, entre outros.

19 Despesas com serviços de terceiros

	2011	2010
Segurança e limpeza (a)	11.604	11.505
Autônomos contratados e estagiários	1.144	1.030
Serviços administrativos	1.468	2.411
Manutenção e reparos	2.236	2.072
Propaganda e publicidade	3.635	2.632
Honorários advocatícios	4.005	1.161
Outras despesas com serviços	2.930	1.385
	27.022	22.196

(a) Serviços terceirizados de segurança e limpeza patrimonial nos diversos Campi da Fundação tanto no Município de São Paulo, quanto no Município de Sorocaba e Barueri.

20 Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Receitas com mensalidades e bolsas	6.457	5.886
Receitas com aplicações financeiras	1.425	2.177
Outras receitas financeiras	1.213	2.132
	9.095	10.195
Despesas financeiras		
Despesas com cobranças bancárias	(752)	(1.043)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.893)	(13.065)
Encargos sobre tributos e parcelamentos	(5.045)	(3.844)
Diferenças salariais	(282)	(3.562)
Outras despesas bancárias	(8.300)	(6.832)
	(29.272)	(28.346)
Resultado financeiro líquido	(20.177)	(18.151)

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros
Visão geral
A Fundação possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:
• Risco de crédito;
• Risco de liquidez;
Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação para cada um dos riscos acima, os objetivos da Fundação, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Fundação.
A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.

Exposição a risco de créditos
O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.690	13.904
Aplicações financeiras	9	8.479	10.321
Contas a receber de alunos e hospital	7	15.931	11.205
Bolsas restituíveis	8	15.120	24.212
Total		55.220	59.642

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.
Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento onde os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2011, a Fundação possuía provisão para créditos duvidosos, no montante de R$ 41.604 sobre as contas a receber de alunos, representativos de 72% do saldo de contas a receber total (vencidos e a vencer) e provisão para créditos duvidosos, no montante de R$ 31.225 sobre as bolsas restituíveis, representativos de 66% do saldo de bolsas restituíveis totais, para fazer face ao risco de crédito.

b. Risco de liquidez
É o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.
A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31/12/2011

Passivos financeiros não Derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	98.930	25.133	22.912	33.477	17.408	-
Fornecedores	5.034	4.738	-	296	-	-
Impostos parcelados	136.096	1.924	1.908	3.832	11.496	116.936
Diferenças salariais a pagar	9.602	627	-	-	-	8.975
Total	249.662	32.422	24.820	37.605	28.904	125.911

c. Risco de taxa de juros
Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	15.690	13.904
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(98.930)	(109.133)
Total	(83.240)	(95.229)

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:
A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2011, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R$ 83.240.
A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data base em 31 de dezembro de 2011, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 11,75% cenário provável para o ano de 2011, ante a taxa efetiva de 11,60% verificada no ano de 2011.

	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2011	11,60%	11,60%	11,60%
Dívida líquida	83.240	83.240	83.240
Taxa anual estimada do CDI	11,75%	14,69%	17,63%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento	125	2.572	5.019

d. Estimativa do valor justo
A Fundação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

d1. Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		31/12/2011		31/12/2010	
	Nota	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo					
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.690	15.690	13.904	13.904
Aplicações financeiras	8	8.479	8.479	10.321	10.321
		24.169	24.169	24.225	24.225
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de alunos	6	15.931	15.931	11.205	11.205
Bolsas restituíveis	7	15.120	15.120	24.212	24.212
Outras contas a receber		2.762	2.762	3.459	3.459
		33.813	33.813	38.876	38.876
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	10	98.930	98.930	109.133	109.133
Fornecedores		5.034	5.034	4.241	4.241
Impostos parcelados	13	136.096	136.096	135.489	135.489
Diferenças salariais	12	9.602	9.602	12.846	12.846
		249.662	249.662	261.709	261.709

d2. Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Baseado nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes das entradas (inputs) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmados pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis. De acordo com o pronunciamento, essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - Ativos e Passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

22 *Cobertura de seguros*

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 125.820 para cobertura dos edifícios, R$ 3.220 para responsabilidade civil e R$ 92.420 para máquinas, móveis, utensílios e instalações.

23 *Gratuidades através de bolsas de estudo e projetos assistenciais*

A Fundação oferta bolsas de estudo a estudantes carentes e desenvolve projetos assistenciais procurando atender à comunidade carente. Os gastos e as despesas relacionados a esses projetos para os exercícios de 2011 e 2010, respectivamente estão assim demonstrados:

	2011	2010
Receita		
Mensalidades, taxas e inscrições	349.129	328.818
Cursos extracurriculares	37.577	43.282
Deduções da receita		
Bolsas de estudo concedidas	(65.781)	(64.799)
Descontos concedidos sobre mensalidades	(3.517)	(5.922)
Inadimplência no ano – curso de graduação	(9.386)	(4.111)
Total da receita efetivamente recebida	308.022	297.268
Gratuidade e custo do atendimento gratuito		
Bolsa Pro uni	(26.699)	(25.506)
Bolsas doação Fundação São Paulo (bolsa para carentes)	(3.999)	(4.858)
Total de bolsas filantrópicas	(30.698)	(30.364)
Bolsa doação FUNDASP (Bolsa DERDIC para Alunos Surdos - Ensino Fundamental)	(1.922)	(2.352)
Custo dos atendimentos e projetos sociais	(44.703)	(47.339)
Total de gratuidades	(77.323)	(80.055)
Percentual de gratuidades educacionais concedidas	25,10%	26,93%
Valor equivalente à cota patronal isenta	60.735	63.890

Tomando por base os critérios e premissas para cálculo da gratuidade, a Administração da Fundação cumpriu as exigências legais tendo obtido nos exercícios de 2011 e 2010 os percentuais de 25,10% e 26,93% respectivamente, estando acima do limite de 20% estabelecido em Lei. Os valores acima fazem parte das demonstrações de superávit e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo.

Dos atendimentos hospitalares realizados durante o ano de 2011 pelo Hospital Santa Lucinda vinculado à Fundação 60,07% foram efetuados através do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2010, os atendimentos aos pacientes do SUS atingiram o percentual de 66,43%.

CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Fundação São Paulo é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEAS), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 23 de julho de 1999, que assegurou a validade do Certificado concedido pelo Processo nº 259.085/70, em 5 de maio de 1971, por ter sido renovado através da Resolução CNAS nº 180, de 20 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 1999, e aprovações posteriores. Nos anos 2000, 2003 e 2006, a Fundação São Paulo requereu, tempestivamente, as renovações trimestrais do seu CEAS por meio dos processos protocolados sob os nºs 44006.004925/2000-64, 71010.002625/2003-96, 71010.003536/2006-18, respectivamente, as quais foram devidamente deferidas. Em 2009, requereu, novamente, a renovação do CEAS, conforme Protocolo CNAS nº 71010.004022/2009-14, datado de 27 de outubro de 2009, correspondente a última Prestação de Contas (triênio 2006-2007-2008), a qual foi encaminhada ao Ministério da Educação, em 24/02/2010, conforme determina o art. 35 da Lei nº 12.101/2009 e seu Decreto Regulamentador 7.237/2010, Ministério Competente pela nova certificação (CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), deferida através da Portaria nº 31 de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2012.

Aprovação do Conselho Fiscal, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças e do Conselho Superior da FUNDASP

De acordo com o que determina o estatuto da Fundação São Paulo, as demonstrações contábeis apresentadas foram aprovadas pelo Conselho Fiscal, conforme Ata nº 2/2012 lavrada em 15/03/2012, pelo Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, conforme Ata nº 1/2012 lavrada em 22/03/2012, e pelo Conselho Superior, conforme Ata nº 125 lavrada em 10/04/2012.

Controladoria

Mário Candido Santos
Controller - CRC 1SP218641/O-5

José Olímpio Cardoso Neto
Contador - CRC 1SP181828/O-5

Secretaria Executiva

João Júlio Farias Júnior
Secretário Executivo da Fundação São Paulo

José Rodolpho Perazzolo
Secretário Executivo da Fundação São Paulo

Conselho Fiscal

José Eduardo Dias Soares
Presidente do Conselho Fiscal

Fábio Nusdeo
Membro do Conselho Fiscal

Marcel Solimeo
Membro do Conselho Fiscal

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho Superior da
Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Paulo em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 09 de abril de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0